

Pesquisa compara salários

Um levantamento nacional revelou que os salários dos professores que trabalham no Espírito Santo está em 17º lugar no ranking brasileiro

Uma pesquisa nacional revelou que os professores que trabalham no Espírito Santo, considerando a média das redes municipais e estadual, têm o 17º salário do Brasil. A comparação foi feita com toda a educação básica – ensinos fundamental e médio – para uma jornada de 40 horas semanais.

O estudo foi feito pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Espírito Santo obteve média salarial de R\$ 1.068, ficando entre os piores. Em primeiro está o Distrito Federal, com R\$ 3.371, seguido de Rio de Janeiro (R\$ 2.108) e Sergipe (R\$ 2.012).

Segundo o diretor de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo (Sindiupes), Swami Bérnago, o resultado reflete a realidade no Estado.

“Realmente estamos entre os salários mais baixos do País. O reajuste não está acompanhando o desenvolvimento, o bom momento que o Estado está passando”, disse.

Swami só discorda da afirmação de que, de 2003 a 2006, o rendimento médio dos professores do setor público te-

nhá aumentado 39%, quando o índice de inflação oficial, o IPCA, registrou apenas 17%.

“Aqui, o avanço foi pouquíssimo. O reajuste está muito abaixo desses 39%. As administrações mal repõem a inflação do ano e, em alguns municípios, as perdas chegam a 50% em relação à inflação”, contou.

O estudo também mostrou que os professores da rede particular com nível superior ganham, em média, 2,5% a mais que os da rede pública com a mesma formação. Uma diferença que teria diminuído drasticamente, já que era de 33,7% em 2003.

Já para os profissionais com nível médio, a diferença entre redes pública e particular cresceu, de 15,2%, em 2003, para 24,9%, em 2006 – quando os dados foram coletados.

“Salário representa a valorização do professor e está sempre entre os mais baixos dos cargos públicos. Algumas vezes, eles ganham menos que os que têm formação técnica. O governo aplicou um modelo novo e prometeu reajuste, mas tira uma série de direitos que a gente tinha. Acaba não sendo um aumento real”, disse.

Para o Sindiupes, a política de aumento salarial das administrações públicas são equivocadas. “É uma política de engano porque o que

O RANKING DOS SALÁRIOS

Rendimento médio dos professores da rede pública de educação básica (em reais), para uma jornada de 40 horas semanais.

Distrito Federal	3.371
Rio de Janeiro	2.108
Sergipe	2.012
Roraima	1.790
São Paulo	1.767
Amapá	1.747
Acre	1.597
Mato Grosso do Sul	1.508
Paraná	1.483
Rio Grande do Sul	1.415
Rondônia	1.395
Mato Grosso	1.391
Amazonas	1.274
Santa Catarina	1.274
Goiás	1.165
Minas Gerais	1.119
Espírito Santo	1.068
Pará	1.046
Rio Grande do Norte	1.018
Maranhão	1.013
Piauí	1.008
Tocantins	986
Bahia	957
Alagoas	955
Paraíba	906
Ceará	866
Pernambuco	831

Outro dados do estudo

- ▶ A inflação média pelo IPCA no Brasil, entre 2003 e 2006, foi de **17,3%**. O aumento dos salários dos professores da rede pública no País foi de **39,2%**
- ▶ Os professores da rede particular com nível superior ganham, em média, **2,5%** a mais que os da rede pública com a mesma formação - em 2003, essa diferença era de **33,7%**.
- ▶ Já para os profissionais com nível médio, a diferença entre rede pública e particular, que era de **15,2%** em 2003, subiu para **24,9%**.
- ▶ Os professores ganham, em média, de **16,2%** (nível médio) a **43,3%** (nível superior) a menos que outros profissionais do setor público. Em 2003, essa diferença era de **12,4%** (nível médio) e **60,4%** (nível superior).

ele ganha não é um aumento real de vencimentos, é algo provisório. Abono não é uma reposição salarial”, disse.

Estado já tem novo piso

Para o secretário estadual de Educação, Haroldo Corrêa Rocha, o resultado da pesquisa do Ministério da Educação (MEC) colocou os professores do Espírito Santo com o 17º salário do Brasil porque os dados estão desatualizados.

Haroldo explicou que os es-

tudos usaram como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2006, mas no início deste ano um novo modelo de remuneração do magistério entrou em vigor.

Segundo o secretário, o piso inicial para uma carga horária de 25 horas semanais hoje é de

R\$ 1,2 mil, o que equivale a R\$ 1.920,00 para uma jornada de 40 horas. Até o ano passado, os professores teriam ganhado R\$ 644,00 e mais R\$ 110,00 de vale-alimentação.

“Este é o menor salário. Muitos professores têm mais tempo de casa, uma titulação maior e ganham mais do que isso. Acredito que hoje, pensando na média, tenhamos o segundo ou o terceiro maior salário do País”, afirmou.

Haroldo reconheceu que em muitos municípios o piso salarial dos professores de ensino fundamental é baixo. Ainda assim, ele acredita que a situação não é tão grave quanto a registrada até 2006.

“O Estado é um grande empregador, mas temos redes maiores com bons salários. Onde o salário é mais baixo, o número de professores é pequeno. Quem foi contratado neste mês já está recebendo o novo salário. Os efetivos estão analisando para ver se seu caso vale a pena e fazendo a opção”, disse.



“Hoje temos o segundo ou o terceiro melhor salário”, diz Haroldo

O QUE DIZEM AS PREFEITURAS

VILA VELHA

O secretário de Educação de Vila Velha, Roberto Belling, disse que atualmente o piso salarial é alto e que o bom salário favorece ao aparecimento de resultados positivos na educação.

“Em Vila Velha, o piso é de R\$ 925 para 25 horas e somando os abonos, consideramos o piso R\$ 1.108. O salário no município já se encontra próximo a reivindicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que reúne todos os sindicatos de professores do país. Eles pedem um salário de R\$ 1.200 para 25 horas trabalhadas”, disse Belling.

CARIACICA

Para a secretária de Educação de Cariacica, Célia Vilela Tavares, o governo federal precisa investir mais em educação e ajudar mais os municípios repassando recursos.

“Iniciamos nesta gestão uma política de valorização da educação concedendo entre 2006 e 2007, abono salarial e reajuste de salário. Para este ano, o município estuda junto com a representação da categoria a proposta de um novo reajuste de acordo com as possibili-

dades financeiras do município”, destacou Célia.

VITÓRIA

A subsecretária de gestão escolar de Vitória, Sônia Fraga, frisou que na capital, os salários estão acima da média constatada pela pesquisa e que a categoria não convive mais com perdas salariais.

“Atualmente, queremos oferecer reajuste e mais gratificação para jornada de trabalho. A proposta do município é que o piso a partir de primeiro de março, seja de R\$1.288, 20 para quem tem graduação e para quem tem pós-graduação R\$ 1.411,45”, falou Sônia.

SERRA

O secretário de Educação da Serra, Gelson Junquillo, salientou que no município existe um plano de desenvolvimento da educação com o objetivo de valorizar o magistério.

“Na Serra temos feito um esforço para melhorar o salário dos professores. Todo ano temos dado reajuste salarial para os professores. Estas iniciativas fazem parte de um plano voltado para a educação de qualidade, que também contempla outras ações como treinamento de professores”, disse.